

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.354 - MG (2019/0358262-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : VINÍCIUS DE OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por VINÍCIUS DE OLIVEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (*Habeas Corpus* n. 1.0000.19.126831-7/000).

Os autos dão conta de que o recorrente foi preso em flagrante pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, isto porque, "*há fortes indícios de que ele vinha praticando o comércio ilícito de drogas na cidade, diante das circunstâncias da abordagem, notadamente por portar drogas (25g) e ter em depósito grande quantidade de entorpecentes (339[g] de maconha - fl. 10), os quais após fracionar e embalar, seriam destinados à venda, conforme confessado pelo autuado*" (e-STJ fl. 24).

Ao ser comunicado do flagrante, o Juízo da 1ª Vara Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Araguari/MG converteu a prisão em preventiva (e-STJ fls. 23/26).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ fl. 54):

HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - FLAGRANTE CONVERTIDO EM PRISÃO PREVENTIVA - LIBERDADE PROVISÓRIA - IMPOSSIBILIDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS DOS ARTIGOS 312 E 313 DO CPP - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO - ORDEM DENEGADA.

- Cabível a prisão preventiva quando satisfeitos os requisitos dos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal.

- As circunstâncias do delito, com apreensão de grande quantidade de drogas, indicam a gravidade concreta da conduta e, assim, justificam a prisão preventiva para a garantia da ordem pública.

Superior Tribunal de Justiça

No presente recurso ordinário, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais alega que não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva e que não há fundamentos idôneos para justificar a sua decretação, bem como aponta a possibilidade de que sejam estabelecidas medidas cautelares diversas da prisão.

Sustenta, ainda, que a possibilidade de fixação de regime diverso do fechado reforça a desproporcionalidade da prisão, uma vez que, ao final da instrução processual, provavelmente, o recorrente será condenado a cumprir pena em regime menos gravoso.

Diante disso, pleiteia, liminarmente, que o acusado aguarde em liberdade o julgamento final deste recurso e, no mérito, a revogação do decreto de custódia preventiva, com a expedição do competente alvará de soltura, para que o recorrente, até o trânsito em julgado de eventual sentença condenatória, se defenda em liberdade (e-STJ fls. 76/83).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela

Superior Tribunal de Justiça

Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator